

13. PROPOSTA – SISTEMA DE TRIAGEM, RECOLHA SELETIVA, VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO BAIXO CÁVADO – CRIAÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal proposta relativa à constituição de Empresa Intermunicipal, nos termos constantes da mesma.

Proposta

Assunto: Sistema de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Baixo Cávado
Criação de Empresa Intermunicipal
Despacho do Secretário de Estado do Ambiente n.º 32/SEAMB/2018, de 26.06.2018

1. A BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("BRAVAL") constitui um sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, sendo atualmente constituída por participações das seguintes entidades:
 - 4,20% do Município de Póvoa de Lanhoso:
 - 5,70% do Município de Vieira do Minho:
 - 5,00% do Município de Vila Verde:
 - 3,70% do Município de Amares:
 - 2,40% do Município de Terras de Bouro:
 - 79,00% da AGERE – Empresa de Águas, efluentes e Resíduos de Braga, E.M. ("AGERE"), empresa municipal detida a 51,0% pelo Município de Braga e a 49,0% por capital privado.
2. Esta estrutura materializa a concessão atribuída pelo Estado, com um prazo de vinte e cinco anos, aproximando-se do seu termo que ocorrerá em 9 de outubro de 2021.
3. Por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Ambiente ("SEAMB") n.º 32/SEAMB/2018, de 26 de junho, que determinou a constituição de um Grupo de Trabalho composto por elementos do seu gabinete, da Entidade Reguladora dos Sistemas de Águas e Resíduos ("ERSAR"), da BRAVAL, da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. ("APA") e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte ("CCDR-N"), caberá à BRAVAL desenvolver as ações conducentes ao término da concessão do atual sistema multimunicipal, nos termos e nos prazos legalmente previstos.
4. Em 30.11.2018, o Grupo de Trabalho constituído pelas diversas entidades supra referidas, apresentou relatório circunstanciado no qual se apontam medidas que importa desenvolver de modo a constituir um sistema que assegure a continuidade da atividade de tão relevante interesse público – *cfr.* Cronograma em Anexo.
5. Neste contexto, foi entendimento do Conselho de Administração da BRAVAL – entidade a quem cabe promover as medidas tendentes à regularização da estrutura acionista – que a estrutura que melhor se coaduna com o cumprimento de tal despacho é a constituição de uma empresa intermunicipal, participada por todos os municípios que fazem parte da atual estrutura acionista da BRAVAL.
6. Efetivamente, vão decorridas mais de duas décadas após a criação do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado, com a composição que integrava o município de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, pelo

que não será demais sublinhar que constituiu, ao tempo, uma situação inovadora no contexto do associativismo municipal, assente num contrato celebrado em 09 de outubro de 1996, tendo por base o Decreto-lei n.º 117/96, de 6 de agosto, a partir do qual foi constituída a BRAVAL, empresa com o objetivo de proceder à valorização dos resíduos sólidos titulada de Baixo Cávado.

7. Cerca de três anos depois, com a publicação do Decreto-lei n.º 471/99, de 6 de novembro, o sistema foi alargado aos municípios de Amares, Vila Verde e Terras do Bouro, ao mesmo tempo que foi extinto o sistema Cávado-Homem.
8. Desde então a BRAVAL passou a abranger uma população de cerca de 300.000 habitantes, e a receber resíduos provenientes dos seis municípios, produzindo atualmente mais de 120 mil toneladas por ano, assentando nos principais objetivos de recuperação ambiental, construção de infraestruturas para tratamento de resíduos sólidos e recolha seletiva com a implementação de ecopontos.
9. O seu historial é sobejamente conhecido, não sendo porém demais salientar a entrada em funcionamento da central de valorização orgânica com tratamento mecânico com valorização da ordem das 30 mil toneladas da fração orgânica dos resíduos influenciados, ao lado de cerca de 10.000 toneladas de resíduos verdes e castanhos.
10. Posto isto, ninguém pode negar que a sua constituição não se tenha afirmado como um verdadeiro motor de dinamização, nesta área, na medida em que tem vindo a desenvolver a sua ação na certeza de estar a trabalhar para a construção de uma estrutura com características ambientais e de desenvolvimento local.
11. O prosseguimento das atribuições que competem à BRAVAL, exigem um *know how* e um conhecimento técnico e organizativo, suscetíveis de proporcionar ganhos de economia, eficiência e eficácia.
12. Neste contexto, assim foi entendida a valorização da BRAVAL, reconhecida pelo despacho exarado em informação n.º 244/SEAMB, de 29 de novembro de 2018, e que constitui o despacho n.º 32/SEAMB/2018, de 26 de junho, na medida em que indeferiu o pedido de prorrogação do prazo de concessão, ao mesmo tempo que determina que sejam desencadeadas as ações conducentes à constituição de um sistema intermunicipal e execução a partir do término da concessão.
13. Neste contexto, é crucial para o município de Braga ter como objetivo principal a gestão integrada de atividades de interesse para as populações em geral, e em especial para os seus munícipes, sustentado no cumprimento das suas obrigações e das normas e princípios que devem nortear a sua atividade.
14. Neste domínio afigura-se ter chegado a hora de equacionar novas formas de gestão, principalmente no que agora respeita Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos.
15. Ora, este executivo municipal considera esgotado, ineficiente e oneroso para o município, a ação direta na gestão destas atividades, pelo que importa minimizar as ineficiências dos sistemas, numa

perspetiva de racionalização dos custos, inserida num modelo necessário à sua maior economia, eficiência e eficácia.

16. Do ponto de vista estratégico, assente na universalidade e qualidade do serviço, auto sustentabilidade e proteção dos valores ambientais, afigura-se também que a constituição de uma empresa local de natureza intermunicipal, atinge estes objetivos.
17. É pois este o objetivo a propor, uma vez que, tendo em conta os cerca de 20 anos de exploração pela BRAVAL, se afigura demonstrável a viabilidade e sustentabilidade da empresa com ganhos de qualidade.
18. Assim, importa obter as competentes deliberações dos órgãos executivos e deliberativos municipais de modo a permitir a constituição da preconizada empresa intermunicipal.

Nestes termos propõe-se para deliberação o seguinte:

- a) Que, ao abrigo do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 12 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 71/2018, de 31/12, seja deliberada a constituição da empresa local de natureza intermunicipal com o objeto exclusivo de proceder à triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, nos municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, Amares, Vila Verde e Terras do Bouro, assumindo o Município de Braga, uma participação direta de 79%
- b) Que a BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., através dos titulares do seu órgão executivo, seja mandatada para prosseguir todos os atos administrativos e societários com vista a constituição do sistema intermunicipal delegatário, sendo os mesmos submetidos à aprovação dos órgãos municipais competentes;
- c) Que, após a deliberação do executivo municipal sobre a presente proposta, a mesma será submetida a deliberação da Assembleia Municipal, em observância do disposto no supra citado artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 12 de setembro, e de seguida remetida à BRAVAL para ulteriores termos.

Braga, 2 de abril de 2019

P/O Presidente da Câmara Municipal,



MÊS	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20
TAREFA															
P.01 - Elaboração de minutas - Deliberações dos órgãos Municipais	P 01														
P.02 - Processo de alteração legislativa		P 02													
P.03 - Recolha e análise de informação			P 03												
P.04 - Elaboração / Preparação do modelo hierárquico funcional					P 04										
P.05 - Estudo do modelo de negócios / Atividades a desenvolver					P 05										
P.06 - Elaboração da estrutura tarifária					P 06										
P.07 - Elaboração do estudo de viabilidade econômica e financeira							P 07								
P.08 - Pedido de certificado de admissibilidade de firma e denominação										P 08					
P.09 - Elaboração de estudos e escritura de constituição de empresa											P 09				
P.10 - Elaboração de minutas de contrato de gestão delegada											P 10				
P.11 - Acompanhamento e parecer da Entidade Reguladora												P 11			
P.12 - Fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas														P 12	
P.13 - Preparação da comunicação (ERSAR, DGA e IGF)															P 13
Acompanhamento até completo instalação e funcionamento da nova entidade															

Um ano antes do fim da concessão (9 de outubro de 2020), a concessionária está obrigada a notificar o concedente para este exercer, no prazo de 30 dias, o direito de recusar as relações jurídicas de empreitadas, locação e prestação de serviços.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Braga
Dr. Ricardo Rio
Praça do Município
4700 - 435 BRAGA

Ref. 33/19

22 de fevereiro de 2019

Assunto: Sistema de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Baixo Cávado
Criação de Empresa Intermunicipal
Despacho do Secretário de Estado do Ambiente n.º 32/SEAMB/2018, de 26.06.2018

Como é do conhecimento de V.Exa., a BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("BRAVAL") constitui um sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos, sendo atualmente constituída por participações das seguintes entidades:

- 4,20% do Município de Póvoa de Lanhoso;
- 5,70% do Município de Vieira do Minho;
- 5,00% do Município de Vila Verde;
- 3,70% do Município de Amares;
- 2,40% do Município de Terras de Bouro;
- 79,00% da AGERE – Empresa de Águas, efluentes e Resíduos de Braga, E.M., empresa municipal detida a 51% pelo Município de Braga e a 49% por capital privado.

Esta estrutura materializa a concessão atribuída pelo Estado, com um prazo de vinte e cinco anos, aproximando-se do seu termo que ocorrerá em 9 de outubro de 2021.

Por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Ambiente ("SEAMB") n.º 32/SEAMB/2018, de 26 de junho, que determinou a constituição de um Grupo de Trabalho composto por elementos do seu gabinete, da Entidade Reguladora dos Sistemas de Águas e Resíduos ("ERSAR"), da BRAVAL, da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. ("APA") e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte ("CCDR-N"), caberá à BRAVAL desenvolver as ações conducentes ao término da concessão do atual sistema multimunicipal, nos termos e nos prazos legalmente previstos.

BRAVAL - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.
SEDE SOCIAL E CORRESPONDÊNCIA: EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA | PRAÇA DO MUNICÍPIO - APARTADO 1043 | 4711-905 BRAGA
INSTALAÇÕES: E.N. 103 (BRAGA - CHAVES), KM 51 | SERRA DO CARVALHO - PÓVOA DE LANHOSO

WWW.BRAVAL.PT | BRAVAL@BRAVAL.PT | TEL. +351 253 639 220 | FAX +351 253 639 229 | N.º VERDE 800 220 639

INSCRITA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE BRAGA SOB O N.º 5141
CAPITAL SOCIAL: 1.750.000 (EUROS)
CONTRIBUENTE N.º 500 730 947



Em 30.11.2018, o Grupo de Trabalho constituído pelas diversas entidades supra referidas, apresentou relatório circunstanciado no qual se apontam medidas que importa desenvolver de modo a constituir um sistema que assegure a continuidade da atividade de tão relevante interesse público – cfr. Cronograma em Anexo

Neste contexto, é entendimento do Conselho de Administração da BRAVAL – entidade a quem cabe promover as medidas tendentes à regularização da estrutura acionista – que a estrutura que melhor se coaduna com o cumprimento de tal despacho é a constituição de uma empresa intermunicipal, participada por todos os municípios que fazem parte da atual estrutura acionista da BRAVAL.

Assim, importa obter as competentes deliberações dos órgãos executivos e deliberativos municipais de modo a permitir a constituição da preconizada empresa intermunicipal.

Para o efeito, permito-me remeter, sob minuta, documento suscetível de sustentar as deliberações de autorização, de modo a permitir dar continuidade às ações encetadas – cfr. Documento em Anexo.

No caso de merecer concordância de V. Exa. e sem prejuízo das adaptações de estilo ou substância que entendam imprimir, deverão ser promovidas as ações necessárias à obtenção das deliberações de autorização do órgão executivo e da Assembleia Municipal, deliberações essas que contemplem as condições e obrigações em tal minuta discriminadas, no sentido de autorizarem a constituição da empresa intermunicipal, com a posição que detêm na estrutura BRAVAL, assumindo o Município de Braga diretamente a participação atualmente detida pela AGERE.

Caso a solução proposta seja validada por parte dos Municípios intervenientes e no seguimento da elaboração dos documentos necessários à constituição da empresa intermunicipal delegatária, a BRAVAL submeterá oportunamente a V.Exa. as intervenções necessárias junto dos órgãos competentes para a aprovação dos documentos de constituição societária e delegação de competências.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração

(Rui Morais)